

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alexandre Lenfers Ventura

A Trajetória da Colonização Luxemburguesa em Santa Catarina

Florianópolis

2023

Alexandre Lenfers Ventura

A Trajetória da Colonização Luxemburguesa em Santa Catarina

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Lauro Mattei, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ventura, Alexandre Lenfers

A Trajetória da Colonização Luxemburguesa em Santa Catarina / Alexandre Lenfers Ventura ; orientador, Lauro Mattei, 2023.
44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Colonização. 3. Luxemburgo. 4. Migração. 5. Santa Catarina. I. Mattei, Lauro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Alexandre Lenfers Ventura

A Trajetória da Colonização Luxemburguesa em Santa Catarina

Florianópolis, 07 de julho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Lauro Mattei, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

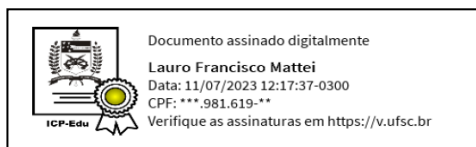
Prof. Klaus Guimarães Dalgaard, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Valberto César May.

Associação dos Cidadãos Luxemburgueses no Brasil

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Prof. Lauro Mattei, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, Marta e Guido, por desde o meu primeiro dia neste mundo terem sido o meu porto seguro, me amparando em todos os momentos de dificuldade e me possibilitando chegar até aqui.

À minha mãe, Deise, que sempre garantiu da melhor forma possível que eu tivesse uma boa educação e criação, ainda que isso significasse sacrifício próprio, para me dar tudo que ela não teve a possibilidade de ter.

À toda família Lenfers, por serem o exemplo de união e apoio que levarei para vida. É uma honra carregar este nome.

Ao professor Lauro Mattei, por possibilitar com a disciplina de economia catarinense que eu reacendesse meu interesse por história, e por, com muita paciência, ter me orientado e possibilitado a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos de Santo Amaro, Beatriz, David, Gustavo, João Lauro, Keiffer, Mahara, Miguel, Gustavo e Victória, por terem me acompanhado durante a graduação e toda a vida.

Aos amigos que conheci durante a graduação, e fizeram dela um espaço de trocas, risadas e bons momentos. Muriel, Manoela, Kretzer, Mateus, Decker e Guilherme. Todos os outros colegas da turma 18.1, e também os amigos de outros cursos.

Aos professores e professoras do curso de Relações Internacionais, por com excelência e empatia terem formado a mim e a todos os meus colegas.

Aos servidores e colegas que atuaram comigo por dois anos na Secretaria de Inovação, em especial ao Prof. Alexandre Moraes Ramos e Marlise There Dias, por serem os melhores exemplos de liderança que seguirei durante toda minha vida profissional.

Por fim, à Universidade Federal de Santa Catarina, por ter resistido à anos de ataques constantes por parte dos governantes, e ainda assim ter se mantido um ambiente aberto, plural, com um ensino gratuito e de excelência.

*"Viajar é preciso, então toma-te
O mundo como seu e seja um nômade,
desprenda das raízes
Somos mais que nomes de condados e
países
Somos homens e fomos condenados a
ser livres" (BRAZZA, 2016)*

RESUMO

A partir do início do século XIX houve uma redução significativa do tráfico negreiro em todo o mundo, seguida pelo fim da escravidão no Brasil em 1888. Diante desse contexto, o governo brasileiro implementou políticas de imigração como uma maneira de suprir a demanda por mão de obra e impulsionar o desenvolvimento do país. Além do contexto geral brasileiro, diversos países da Europa apresentavam um cenário de crises e intensas mudanças, a partir de guerras no território e da revolução industrial. Dessa forma, as políticas de incentivo a imigração elaboradas pelo governo brasileiro se apoiaram também em um cenário externo propício. Nesse contexto, a província de Santa Catarina emergiu como um destino preferencial para milhares de imigrantes, com os grupos de origem alemã e italiana recebendo grande destaque histórico. A revisão histórica realizada no presente trabalho confirma que os imigrantes luxemburgueses são um grupo ausente na história do estado, sequer sendo citados em importantes obras bibliográficas. O trabalho procurou reconstruir essa história por meio da exposição dos fluxos migratórios iniciais dos mais de quarenta imigrantes luxemburgueses que tiveram como seu destino Santa Catarina, além de discutir como se deu a colonização luxemburguesa e o contexto atual desse segmento de imigrantes.

Palavras-chave: Luxemburgo. Imigração. Colonização. Santa Catarina.

ABSTRACT

From the beginning of the 19th century, there was a significant reduction in the slave trade around the world, followed by the end of slavery in Brazil in 1888. Given this context, the Brazilian government implemented immigration policies to supply the labor demand and boost the country's development. In addition to the general Brazilian context, several European countries presented a scenario of crises and intense changes, from territorial wars and the industrial revolution. In this way, the immigration incentive policies elaborated by the Brazilian government were also supported by a propitious external scenario. In this scenario, the province of Santa Catarina emerged as a prominent destination for thousands of immigrants, with groups of German and Italian origin receiving great historical prominence. The historical review in the present work confirms that Luxembourgish immigrants are a neglected group in the state's history, not cited in important bibliographical works. It then proposes to reconstruct this history, by exposing the migratory flows of more than forty Luxembourgish immigrants who had Santa Catarina as their destination, finally presenting how Luxembourg's colonization took place.

Keywords: Luxembourg. Immigration. Colonization. Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Luxemburgo	15
Figura 2 – Cantões de Luxemburgo	18
Quadro 1 – Primeira onda migratória luxemburguesa	31
Quadro 2 – Segunda onda migratória luxemburguesa	33
Quadro 3 – Terceira onda migratória luxemburguesa	34
Quadro 4 – Últimos imigrantes luxemburgueses	35
Tabela 1 – A imigração por estado	36
Tabela 2 – A expansão das famílias luxemburguesas no Brasil	37
Figura 3 – Estimativa de nascimentos, falecimentos e saldos líquidos de imigrantes e descendentes por geração.	40

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO	9
1.1 INTRODUÇÃO	9
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	10
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
CAPÍTULO II – O GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO	14
2.1 O CENÁRIO LUXEMBURGUÊS NO SÉCULO XIX.....	14
2.2 LUXEMBURGO E A UNIÃO EUROPEIA.....	15
2.3 O GRÃO-DUCADO ATUAL.....	16
CAPÍTULO III – A COLONIZAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO HISTÓRICA	19
3.1 BRASIL: UM CENÁRIO GERAL.....	19
3.1.1 Escravidão africana	20
3.1.2 O século XIX.....	21
3.1.3 Políticas governamentais	21
3.2 A COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	23
3.2.1 O papel do governo na colonização da província catarinense.....	24
3.2.2 Os primeiros imigrantes	26
3.2.3 Etnicidade e cultura	27
3.2.4 E os luxemburgueses?	28
CAPÍTULO IV – A COLONIZAÇÃO LUXEMBURGUESA EM SANTA CATARINA. 29	
4.1 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS	30
4.1.1 A primeira onda migratória (1828 – 1846).....	30
4.1.2 A segunda onda (1860 – 1863)	31

4.1.3 A terceira onda (1882 – 1905).....	34
4.1.4 Os últimos imigrantes (2000)	35
4.1.5 Os Luxemburgueses em outros estados	36
4.2 AS FAMÍLIAS LUXEMBURGUESAS.....	36
4.3 O CENÁRIO ATUAL	39
4.4 RECONEXÃO CULTURAL.....	40
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	44

CAPÍTULO I – TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

Com a diminuição do tráfico negreiro no mundo desde o início do século XIX e, posteriormente, o fim da escravidão no Brasil em 1888, o governo brasileiro implementou uma série de políticas de imigração, almejando suprir a escassez de mão de obra barata nas lavouras cafeeiras. Assim, foi iniciada “a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade e no trabalho familiar, incentivada e financiada pelo governo imperial” (REIS; ANDRADE, 2022, p.10), especialmente nas províncias do sul do país.

Desta forma, a colonização europeia de Santa Catarina inicia-se em 1828 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães em São Pedro de Alcântara, e posteriormente com a chegada dos imigrantes italianos em 1877 (PREFEITURA DE ÁGUAS MORNAS, 2019). Porém, há um terceiro grupo de imigrantes pouco citado, os quais na história do estado de Santa Catarina acabam por se confundir com os alemães: os imigrantes luxemburgueses.

Sendo um dos primeiros grupos europeus a se estabelecerem em Santa Catarina (LUXEMBURGO, 2022), os luxemburgueses são elementos ocultos na história da formação da província de Santa Catarina, sendo que a maioria dos catarinenses descendentes dessa etnia pôde descobrir e ter contato com sua ancestralidade apenas a partir de 2008, em função da política de recuperação de cidadania implementada a partir de outubro do referido ano pelo Grão-Ducado de Luxemburgo. Em 2020 o consulado honorário no estado de Santa Catarina estimou que aproximadamente 5.000 catarinenses possuíam origem luxemburguesa e, conseqüentemente, direito à cidadania (PARAIZO, 2020). Cabe-se então indagar, como pergunta norteadora dessa pesquisa: como ocorreu a imigração luxemburguesa durante a formação histórica de Santa Catarina?

Apesar de ter sido abordado em várias obras, o conhecimento sobre o processo de formação histórica de Santa Catarina durante o período da colonização praticamente não deu ênfase à participação dos imigrantes de Luxemburgo. Neste sentido esta pesquisa é importante porque tenta dar visibilidade a essa parcela

populacional na composição e formação de Santa Catarina, fato que frequentemente é negligenciado ou mal interpretado. Além disso, busca-se destacar a evolução da imigração luxemburguesa e sua participação no processo colonizador visando apresentar um entendimento mais abrangente e aprofundado do mesmo, à luz das diferentes etnias envolvidas.

Para atingir esse nível de compreensão, é necessário expor um histórico que inclua a data de chegada da primeira embarcação; as primeiras colônias ocupadas e as principais famílias, bem como as movimentações internas. Para tanto, é fundamental apresentar o contexto histórico da imigração, além das políticas governamentais que as impulsionaram.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do estudo consiste na apresentação do processo de imigração luxemburguesa no estado de Santa Catarina, destacando a presença desse extrato populacional na história da colonização catarinense.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I) Sistematizar as principais características do processo histórico de imigração europeia no Brasil, particularmente no estado de Santa Catarina.

II) Resenhar as principais políticas utilizadas pelo governo para incentivar a vinda dos imigrantes, bem como para a organização das colônias.

III) Descrever o caso particular da colonização luxemburguesa em Santa Catarina.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho derivou da percepção de que os luxemburgueses não fazem parte da formação histórica do estado de Santa Catarina, tanto nos mais

conceituados materiais bibliográficos que abordam o tema como no âmbito geral. Para verificar tal hipótese que fundamenta a pesquisa, foi utilizada uma abordagem metodológica mista que combina características exploratórias e descritivas. Neste caso, adotou-se o método histórico cujo objetivo foi constatar, em primeiro plano, que de fato os luxemburgueses não são citados nos trabalhos dos principais autores que estudaram a formação do estado, destacando-se os casos dos historiadores Maria Luiza Renaux Hering e Walter Fernando Piazza e do antropólogo Sílvio Coelhos dos Santos, dentre outros.

A pesquisa exploratória atende ao objetivo de aprimorar ideias ou descobrir intuições, como explica Gil (2002, p. 42). Por isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para obter estudos acadêmicos, periódicos, artigos e livros que remetem a história da formação do estado de Santa Catarina, com ênfase no período de colonização europeia a partir de 1808 e nas políticas de imigração e colonização. Estes materiais foram pesquisados em bibliotecas universitárias, como a da Universidade Federal de Santa Catarina, bibliotecas públicas, e repositórios online, como Google Acadêmico, CAPES e Scielo, abrangendo diversas fontes acadêmicas. Foram utilizadas como palavras-chave na busca os termos Luxemburgo, colonização, Santa Catarina, luxemburgueses, luxemburguesa, imigração, dentre outras, em português e inglês, com o intuito de obter estudos relacionados à colonização de Santa Catarina, bem como à formação e história do estado.

Neste caso, destaca-se que as buscas não se restringiram apenas aos luxemburgueses, mas foram conduzidas de forma ampla visando obter como resultados livros que retratam o tema da colonização de forma ampla, ou até mesmo focada em outros colonizadores. Dessa forma, foram consultados trabalhos que tratavam tanto dos colonizadores em geral quanto dos aspectos históricos e políticos da formação do estado, a fim de fornecer uma base sólida para a análise e a contextualização da colonização luxemburguesa. As buscas foram realizadas em bibliotecas físicas, bem como em repositórios digitais, visando abranger uma ampla gama de fontes relevantes para a pesquisa. Estes materiais, no entanto, não citam o luxemburguês como um dos povos colonizadores, já que devido à semelhança e proximidade étnica, linguística e cultural, os mesmos foram tratados como alemães,

o que torna a vinda dos imigrantes de Luxemburgo um objeto oculto para aqueles que baseiam seus conhecimentos somente em tais obras.

Constata-se então, a partir da leitura de diversas obras, como a premiada “A Colonização de Santa Catarina”, de Piazza, que há uma lacuna na história a ser preenchida nas bibliografias. Por isso, utilizou-se o método histórico, pois o mesmo “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruídos, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (LAKATOS; MARCONI, 2017). Essa abordagem é essencial para superar a ausência de referências acerca da participação dos luxemburgueses na formação do estado de Santa Catarina, possibilitando uma análise mais abrangente e precisa da história regional. Desta forma, foi conduzida uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2002, p. 42), “busca levantar as características de um grupo foco do estudo”: os colonizadores luxemburgueses. Assim, foram analisadas fontes primárias, como registros de imigrantes, documentos governamentais, relatórios oficiais e correspondências da época para investigar a colonização luxemburguesa.

Desta maneira, entende-se que a abordagem metodológica mista adotada neste estudo proporciona uma análise mais abrangente e aprofundada do processo de imigração europeia em Santa Catarina. Por meio dessa abordagem, busca-se obter uma compreensão detalhada dos aspectos históricos, políticos e sociais relacionados ao tema em estudo. Além disso, a abordagem mista permite explorar questões menos conhecidas ou menos estudadas, como a colonização luxemburguesa, preenchendo assim uma lacuna na literatura existente.

Neste sentido, o presente trabalho procura contribuir na conformação de um panorama mais completo e abrangente da formação populacional do estado de Santa Catarina, considerando-se não apenas as principais narrativas históricas, mas também os grupos de imigrantes que foram negligenciados ou tratados de forma inadequada nos registros bibliográficos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

No capítulo I apresenta-se a temática da monografia, com um primeiro panorama sobre a pergunta central e o objeto de estudo, além dos objetivos que o trabalho almeja alcançar e a metodologia utilizada na pesquisa para atingir objetivos específicos.

No capítulo II, como forma de situar o leitor, apresenta-se uma contextualização acerca do Grão-Ducado de Luxemburgo, sua formação histórica, seu modelo político e o contexto atual.

No capítulo III, denominado de “A Colonização no Brasil: uma Revisão Histórica”, foi realizada uma ampla revisão sobre a colonização no Brasil, com ênfase na colonização em Santa Catarina. Neste caso, foram explorados aspectos históricos e políticos relevantes, desde a chegada dos primeiros colonizadores até a formação das comunidades locais. Neste momento, estabeleceu-se um vínculo direto com a colonização luxemburguesa, delineando a trajetória desse grupo específico em contraste com os demais grupos de colonizadores.

No capítulo IV, “A Colonização Luxemburguesa em Santa Catarina”, será aprofundado o foco na colonização luxemburguesa, com a apresentação dos dados históricos. Serão discutidas as origens dos colonizadores, suas motivações para migrar para o Brasil e os principais locais de estabelecimento. Além disso, será dedicada atenção à situação atual dos descendentes luxemburgueses, considerando as questões relacionadas à preservação da identidade cultural e às interações com o país de origem.

Por fim, no capítulo V, são apresentadas as principais conclusões e resultados do estudo. À luz das análises e pesquisas realizadas ao longo da monografia, destaca-se a relevância da trajetória da colonização luxemburguesa em Santa Catarina, tanto em termos do processo histórico como da diversidade cultural. Para tanto, ressaltam-se as contribuições dos luxemburgueses para o desenvolvimento de algumas regiões, assim como apresentam-se possíveis sugestões para futuras pesquisas no campo da preservação e valorização desse legado histórico-cultural.

CAPÍTULO II – O GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO

Tratando-se de um país pouco conhecido pela grande maioria da população brasileira, neste capítulo procura-se oferecer ao leitor uma contextualização de quem é Luxemburgo, à luz de sua formação histórica e política, destacando o contexto atual.

2.1 O CENÁRIO LUXEMBURGUÊS NO SÉCULO XIX

Com uma área territorial de 2.586 quilômetros quadrados, aproximadamente três vezes menor do que a região metropolitana da Grande Florianópolis, o Ducado de Luxemburgo possui uma capital fortificada construída sobre penhascos rochosos, conhecida por suas muralhas antigas e por ser um importante centro político e econômico da região. A população luxemburguesa era predominantemente composta por pessoas de origem celta, germânica e latina, resultando em uma rica mistura cultural. A influência francesa, alemã e belga era evidente nas tradições, línguas e costumes do povo luxemburguês. A economia do país era baseada, principalmente, na agricultura, indústria siderúrgica e na atividade bancária, sendo reconhecido como um centro financeiro importante na Europa (HARMSSEN; HÖGENAUER, 2020).

Após a derrota de Napoleão (1815), o Ducado de Luxemburgo foi restaurado. Luxemburgo era um estado soberano, com seu próprio sistema político. Era um ducado, governado por um duque, seguindo um modelo monárquico. O Grão-Ducado de Luxemburgo era um estado independente, embora fizesse parte da Confederação Germânica, uma aliança de estados germânicos formada em 1815. O duque de Luxemburgo exercia autoridade política e administrativa sobre o território, com o auxílio de um governo e um sistema jurídico estabelecidos. A estrutura política do país envolvia uma monarquia constitucional, onde o poder do duque era limitado por uma constituição ou por um conjunto de leis (HARMSSEN; HÖGENAUER, 2020).

Em consequência da Revolução Belga, ocorrida em 1839, o território de Luxemburgo adquiriu a sua configuração geopolítica atual, estabelecendo fronteiras

com a Alemanha, Bélgica e França. O Primeiro Tratado de Londres foi responsável por deliberar a partição territorial, resultando em uma porção do território sob o domínio belga. Por meio desse tratado a soberania de Luxemburgo foi oficialmente reconhecida, o que consolidou a sua independência.

Figura 1 – Mapa de Luxemburgo.



Fonte: UOL (2023)

2.2 LUXEMBURGO E A UNIÃO EUROPEIA

Devido à sua localização geográfica central na Europa e à sua relevância histórica, Luxemburgo desempenha um papel fundamental na formação e evolução da União Europeia, contribuindo de maneira significativa para a integração política e econômica do continente. Além disso, Luxemburgo desempenhou um papel crucial no estabelecimento das estruturas precursoras da União Europeia, como o Benelux e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

O Benelux, uma organização econômica fundada em 1944 em conjunto com a Bélgica e os Países Baixos, estabeleceu uma área de livre comércio entre os países, promovendo a cooperação econômica e a redução de barreiras comerciais. Essa iniciativa foi um importante precursor para a integração econômica que mais tarde seria buscada na União Europeia.

Em 1951, Robert Schuman, um luxemburguês que ocupava o cargo de ministro francês dos negócios estrangeiros, propôs a criação de uma entidade que regularia o uso conjunto dos recursos naturais, como carvão e aço. Esse esforço resultou na assinatura do Tratado de Paris, que oficializou a adesão da Itália, Alemanha Ocidental e França à CECA. O objetivo principal da CECA era promover a cooperação econômica entre os países signatários e garantir a paz e a estabilidade política e econômica da região, especialmente considerando o contexto histórico de pós-guerra (NALDO JUNIOR, 2021).

Luxemburgo desempenhou um papel proeminente na criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957. A CEE foi estabelecida pelo Tratado de Roma e tinha como objetivo principal a criação de um mercado comum entre os Estados membros, promovendo a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. A fusão da CECA com a CEE em 1965 resultou na continuidade das iniciativas e objetivos previamente estabelecidos.

Finalmente, em 1993, a União Europeia foi fundada a partir da construção das comunidades anteriores. A União Europeia representa uma união política e econômica mais abrangente, com instituições e políticas comuns que buscam promover a cooperação e o desenvolvimento sustentável entre os Estados membros.

2.3 O GRÃO-DUCADO ATUAL

De acordo com a União Europeia (2023), o sistema de governo de Luxemburgo é uma monarquia constitucional com uma democracia parlamentar. Luxemburgo é único Grão-Ducado no mundo, governado por um Grão-Duque ou Grã-Duquesa como chefe de Estado, que exerce principalmente funções cerimoniais

e representativas. Atualmente, o Grão-Duque Henri ocupa essa posição. No entanto, o poder executivo é exercido pelo governo liderado pelo Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro, que é o chefe de governo, é nomeado pelo Grão-Duque após as eleições parlamentares. O Primeiro-Ministro é geralmente o líder do partido político que obtém a maioria dos assentos no Parlamento. O governo luxemburguês é responsável pela administração diária do país e pela implementação das políticas aprovadas pelo Parlamento.

O sistema político é baseado em um sistema multipartidário, onde vários partidos políticos desempenham um papel ativo no cenário político do país. As eleições parlamentares ocorrem a cada cinco anos e os cidadãos luxemburgueses têm o direito de votar e participar ativamente do processo político.

O Parlamento de Luxemburgo, conhecido como Câmara dos Deputados, é o órgão legislativo do país, e é composto por 60 membros. O sistema eleitoral luxemburguês utiliza o método proporcional, o que permite uma representação diversificada de partidos no Parlamento. Além disso, existem também os conselhos locais e regionais para tomadas de decisão a nível local.

Graças ao forte legal histórico apresentado acima, Luxemburgo é a sede de várias instituições europeias importantes, como o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Banco Europeu de Investimento (UNIÃO EUROPEIA, 2023).

Com base nos dados do Banco Mundial (2021), Luxemburgo possui uma população de aproximadamente 640 mil habitantes. Além disso, destaca-se como uma potência econômica, apresentando o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Europa, alcançando o notável valor de US\$ 133.590.

O país é notoriamente cosmopolita, com cerca de 47% da população composta por estrangeiros. Dentre esses, aproximadamente 40% são falantes de português, evidenciando a presença significativa de comunidades lusófonas no país. Nessa composição étnica é crescente a participação dos imigrantes portugueses, que formam a maioria, além de uma crescente minoria brasileira.

A diversidade linguística também é uma característica relevante em Luxemburgo, pois o país possui três idiomas oficiais: luxemburguês, francês e alemão. Essa tríade linguística reflete a herança cultural e histórica da nação,

resultante de uma mistura de influências francesas, alemãs e regionais (NALDO JUNIOR, 2021).

Do ponto de vista administrativo, Luxemburgo é dividido em doze cantões, uma forma de divisão territorial utilizada para fins administrativos, conforme ilustrado na figura 2. Esses cantões, por sua vez, são subdivididos em comunas, totalizando 100 no país. É interessante observar que, apesar do número expressivo de comunas, apenas doze delas possuem o status de cidade, o que confere a elas uma maior importância administrativa e representatividade.

Figura 2 – Cantões de Luxemburgo.



Fonte: FamilySearch (2023)

Com um panorama geral do que Luxemburgo representa em termos históricos e geopolíticos na Europa do século XIX, XX e XXI, podemos adentrar agora na contextualização histórica brasileira acerca de imigração que nos conectará com o cenário luxemburguês que levou até a colonização de Santa Catarina.

CAPÍTULO III – A COLONIZAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO HISTÓRICA

Conforme descrito por Harari (2015), em sua obra premiada “Sapiens”, o homem é, por natureza, um agente migratório. O anseio por novas terras e oportunidades tem impulsionado o homem a adentrar em territórios desconhecidos, enfrentando desafios e criando vínculos culturais e sociais. Nesse contexto, o presente capítulo apresentará uma breve explanação sobre a colonização no Brasil, além de oferecer uma revisão histórica mais abrangente que contextualiza a formação do Estado de Santa Catarina.

3.1 BRASIL: UM CENÁRIO GERAL

A partir da expansão ultra marítima luso-hispânica nas Américas em 1492, iniciou-se uma onda migratória com o interesse de explorar o novo continente, dando início ao período colonial brasileiro, com uma população composta em sua maioria por portugueses e escravos africanos.

O período colonial foi marcado pela chegada dos portugueses e pela exploração do pau-brasil, além do estabelecimento do sistema de plantation, o que nas primeiras três décadas a partir da chegada dos portugueses, gerou um perfil de habitantes composto por homens e mulheres de diversos países, que buscaram se aventurar em uma nova terra onde poderiam explorar a terra e a madeira, como descreve Piazza (1982, p. 21). Nesse período, as atividades econômicas se concentravam na exploração do território, principalmente na extração de recursos naturais. Os portugueses implementaram então o sistema de capitânicas hereditárias, iniciando um povoamento sistemático do solo.

Já no século XIX, com a chegada da família real ao Brasil em 1808, ocorreram transformações significativas na estrutura colonial. O Brasil deixou de ser uma colônia e se tornou sede do Império Português, iniciando um período de abertura para o comércio internacional e o desenvolvimento de diversas atividades econômicas. A agricultura, em especial o cultivo de café nas regiões Sudeste e Sul, ganhou destaque, enquanto a imigração de trabalhadores europeus se intensificou.

3.1.1 Escravidão africana

Marcando o período colonial, a instituição da escravidão e a utilização da mão de obra africana desempenharam um papel central na economia e na configuração da sociedade brasileira. Segundo o historiador brasileiro Chalhoub (2014), os indivíduos africanos submetidos à escravidão foram compelidos a realizar trabalho nas plantações canavieiras, bem como nas minas de ouro, diamante e em outras esferas agrícolas e urbanas. A exploração sistemática desses trabalhadores resultou na acumulação de vastas riquezas para os proprietários de terras e para a metrópole portuguesa. Registre-se que nesse período o Brasil se tornou um dos principais produtores mundiais de açúcar.

No entanto, a escravidão começou a enfrentar questionamentos morais e econômicos ao longo do tempo. Ideias iluministas e movimentos abolicionistas influenciados pela Revolução Francesa ganharam força, questionando-se a sustentabilidade do sistema escravista. Além disso, a abertura dos portos brasileiros em 1808 e a crise do comércio atlântico de escravos dificultaram a supressão da demanda por africanos escravizados.

O declínio gradual da mão de obra escrava no Brasil foi impulsionado pela busca de modernização econômica e maior produtividade. A substituição da escravidão pela mão de obra assalariada tornou-se atraente para imigrantes europeus, que trariam conhecimentos técnicos e contribuiriam para o desenvolvimento de setores como indústria e comércio. A Lei Áurea, promulgada em 1888, oficializou o fim da escravidão no Brasil, encerrando um período marcado pela exploração e pelas injustiças.

Houve também um interesse de cunho eugenista¹, conhecida como política de branqueamento, por trás da escolha do europeu como o novo povo a habitar o Brasil. Maria Luiza Renaux Hering traz em sua obra² uma citação que nos ajuda a entender a motivação da escolha por “agricultores livres, brancos mas não

¹ As discussões acerca da tese do branqueamento são profundas e necessárias, sendo dignas de um trabalho inteiro dedicado. Dessa forma, o tema não será aprofundado neste trabalho para que não haja um desvio dos objetivos do mesmo.

² Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O Modelo Catarinense de Desenvolvimento.

portugueses, pois que a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros” (apud ROCHE, 1969, p. 2).

Com o fim da escravidão, o governo voltou-se para a imigração europeia como uma solução para impulsionar seu desenvolvimento econômico. O país passou a atrair imigrantes europeus, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho e a perspectiva de construir uma nova vida no Brasil.

3.1.2 O século XIX

No período histórico que abrange principalmente o século XIX, o Brasil experimentou profundas transformações nos âmbitos econômico, político e social. Do ponto de vista econômico, o país encontrava-se em meio a uma transição de uma economia agrícola, baseada no sistema escravista, para uma economia impulsionada pela produção de café, sobretudo na região do Sudeste, notadamente no estado de São Paulo. A ascensão do café como principal produto de exportação propiciou um vigoroso crescimento econômico e uma demanda crescente por mão de obra. Esse contexto, por sua vez, abriu espaço para a adoção de políticas de imigração em massa com o intuito de suprir a necessidade de trabalhadores.

Nesse contexto, o Brasil enfrentava desafios significativos. Após a independência de Portugal em 1822, o país adotou um sistema monárquico, estabelecendo o Império Brasileiro com Dom Pedro I como imperador. No entanto, logo após a independência, o Brasil contava com um vasto território desocupado e a necessidade de expansão, obrigando o governo a

Iniciar um programa para colonizar enormes áreas do interior que estavam desabitadas. Aproveitavam-se os exemplos que ocorriam em outros países, em especial nos Estados Unidos, onde os governos estavam incentivando a imigração. (SANTOS, 2004, p.67).

3.1.3 Políticas governamentais

As políticas governamentais de imigração implementadas no Brasil desempenharam um papel fundamental no suprimento da escassez de mão de obra nas lavouras cafeeiras durante o século XIX. Foi durante este século que o Brasil se tornou o maior produtor mundial de café, o que demandava uma quantidade

significativa de trabalhadores para atender às necessidades da indústria cafeeira. Diante da escassez de mão de obra local, o governo brasileiro adotou medidas para atrair imigrantes europeus, especialmente italianos, alemães e poloneses, para suprir essa demanda crescente.

Esse movimento se inicia em novembro de 1808, quando D. João VI assinou um decreto passando a autorizar a concessão de sesmarias para estrangeiros para “aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado” (BRASIL, 1808). O decreto marca o início da colonização no Brasil, isto é, um processo de imigração coordenado pelo governo do Estado receptor, diferenciando assim de um processo de povoamento (COSTA; SOUZA; BARROS, 2019).

Uma das principais políticas implementadas foi a criação de incentivos e benefícios para os imigrantes, visando estimular sua vinda e sua permanência no país. O governo oferecia, por meio do Decreto 3.784, de janeiro de 1867, distribuição de terras e assistência inicial para os imigrantes se estabelecerem e desenvolverem atividades agrícolas. Em março de 1867 o governo passou também, por meio do Decreto 3.815, a fornecer facilidades de transporte, subsidiando os gastos no deslocamento do porto do Rio de Janeiro até a colônia de destino (COSTA; SOUZA; BARROS, 2019). Essas políticas foram fundamentais para atrair um grande número de imigrantes europeus, que buscavam melhores condições de vida e trabalho em um país em ascensão econômica.

Outra estratégia adotada pelo governo brasileiro foi a contratação de empresas de colonização, que organizavam a vinda dos imigrantes em grupos, proporcionando-lhes condições básicas de moradia, trabalho e infraestrutura. Essas empresas desempenharam um papel importante na distribuição dos imigrantes pelas áreas de cultivo do café, garantindo assim a mão de obra necessária para as lavouras.

A partir da segunda metade do século XIX foram adotadas medidas de facilitação à naturalização dos imigrantes que já rediziam no Brasil, como o Decreto 1.950, de 1871, e o Decreto 58-A, de 1889, visando a permanência dos imigrantes que já estavam em território nacional.

Essas políticas de imigração voltadas para a escassez de mão de obra nas lavouras cafeeiras contribuíram significativamente para a transformação do Brasil,

tanto do ponto de vista econômico quanto social. Os imigrantes europeus trouxeram consigo conhecimentos técnicos avançados, novas técnicas agrícolas e uma cultura de trabalho disciplinada, contribuindo para o desenvolvimento e modernização da agricultura brasileira. Além disso, a presença desses imigrantes influenciou a formação de colônias agrícolas, cooperativas e associações de trabalhadores, que se tornaram importantes elementos de organização e resistência no contexto da lavoura.

Foi apenas a partir da crise de 1929 que o Brasil transacionou de uma política de imigração xenófila para uma xenófoba, marcado pela implementação do Decreto 19.482 assinado em novembro de 1930 por Getúlio Vargas, o qual considera que:

Uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social" (BRASIL,1930).

Para além das imigrações destinadas ao sudeste do país, a atração de imigrantes para províncias do interior do território brasileiro possui grande relevância, sendo descrita por Piazza (1982, p. 79), como essencial para "efetivar um crescimento social e econômico da Província só cabia uma ação: a intensificação da colonização". Foi a partir dessa estratégia governamental que se iniciou a colonização do território de Santa Catarina, a partir de 1828, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram em São Pedro de Alcântara.

3.2 A COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A colonização em Santa Catarina ocorreu de forma diversificada, com diferentes regiões do estado sendo ocupadas por grupos migratórios distintos. Cada uma dessas regiões apresentava características específicas que influenciaram sua ocupação e contribuíram para a formação e desenvolvimento do estado.

Durante o período de colonização, Santa Catarina apresentava características geográficas que influenciaram tanto o processo de ocupação quanto as atividades econômicas desenvolvidas na região. Localizado na região sul do Brasil, o estado possuía uma extensa faixa litorânea, com diversas praias e uma importante costa

marítima que permitia o acesso ao comércio marítimo e a exploração de recursos naturais, como o pau-brasil e a pesca.

Não obstante ao restante do Brasil, o território catarinense já estava ocupado quando os portugueses chegaram. A população indígena que habitava o litoral do estado eram os Carijó, um grupo da etnia Guarani, além dos grupos Kaingang e Xokleng que habitavam outras regiões do estado. Na seção terciária 2.2.3 será abordado o impacto da cultura e conhecimento do imigrante europeu na construção da economia e do trabalho catarinense, porém “pouco se enfatiza que os indígenas do Brasil domesticaram e utilizavam várias espécies de vegetais, como o milho, a mandioca, o fumo, a erva-mate, que logo foram absorvidas pelos europeus” (SANTOS, 2004, p. 23).

Com a divisão do Brasil em capitânicas, os empreendimentos ao sul fizeram dos indígenas escravos a serem aprisionados e vendidos. E, envolto nessas atividades, os primeiros portugueses que se fixarem na região foram náufragos, navegadores e comerciantes de escravos que vinham de São Paulo até o Sul para capturar indígenas e vendê-los em outras regiões.

A obra de Santos (2004) oferece uma boa síntese dos primeiros períodos de ocupação portuguesa. Além do já citado acima, a partir de 1739 se inicia o que ele chama de era do povoamento, com uma intensificação dos fluxos de portugueses habitando Santa Catarina, sejam comandantes e suas famílias para fins estratégicos e de defesa, tropeiros abrindo caminho na serra catarinense e gaúcha com o comércio de gado, ou com os açorianos deixando o cenário de pobreza de sua terra natal para povoar a Ilha de Santa Catarina.

3.2.1 O papel do governo na colonização da província catarinense

A atração de imigrantes para Santa Catarina durante o período de colonização foi motivada por diversas razões, envolvendo tanto fatores internos como externos. Um dos principais impulsionadores foi a política de colonização incentivada pelo governo brasileiro, que buscava atrair imigrantes para suprir a escassez de mão de obra nas atividades agrícolas e impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

O governo, sendo “o primeiro e até 1840 o único governo provincial a iniciar um programa de imigração” (PIAZZA apud MAFRA, 1982, p. 79), implementou medidas específicas para atrair imigrantes, como a concessão de terras, facilidades na obtenção de recursos e benefícios fiscais. Essas políticas visavam promover a ocupação do território, estimular a produção agrícola e diversificar a população, contribuindo para a formação de uma sociedade mais heterogênea.

Além da política de colonização incentivada, outros fatores contribuíram para a atração de imigrantes para Santa Catarina. Um deles foi a divulgação de informações sobre as oportunidades de trabalho e as condições favoráveis oferecidas na região. Agentes colonizadores, como companhias colonizadoras e agências de imigração, promoviam campanhas publicitárias em países europeus, destacando as vantagens de se estabelecer em Santa Catarina, como a disponibilidade de terras férteis e a promessa de uma vida melhor. Essas companhias recebiam concessões de territórios, seja do governo imperial ou do governo provincial, e então agiam para prover a infraestrutura necessária a alocação do colono, desde construção de estradas até desmatamento e demarcação dos locais destinados à plantação (SANTOS, 2004, p. 70).

Além disso, a instabilidade política e econômica vivenciada em alguns países europeus, como a Guerra da Libertação³ na Alemanha, e crises por todo o continente, também motivou muitos indivíduos a buscar novas oportunidades em terras estrangeiras (SEYFERTH, 1974). Com a revolução industrial, muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalho tanto nas cidades como no campo, logo a possibilidade de começar uma nova vida em um país promissor, com a perspectiva de prosperidade econômica e estabilidade, foi um fator atraente para muitos imigrantes (SANTOS, 2004).

A diversidade étnica e cultural existente em Santa Catarina também foi um atrativo para os imigrantes. Muitos grupos étnicos encontraram na região um espaço para preservar suas tradições, línguas e costumes, formando colônias e comunidades que reforçavam a identidade cultural de cada grupo.

³ Ocorreu de 1813 à 1815, com uma aliança entre Prússia e Rússia, visando garantir o fim da dominação francesa em território alemão.

Em suma, a combinação entre a política de colonização incentivada pelo governo, as condições favoráveis oferecidas na região e as dificuldades enfrentadas por muitos países europeus durante o período de colonização foram os principais fatores que levaram à atração de imigrantes para Santa Catarina. Essa imigração contribuiu de forma significativa para a formação do estado, tanto no aspecto econômico, com o desenvolvimento de diversas atividades agrícolas e comerciais, quanto no aspecto social, enriquecendo a diversidade étnica e cultural da região.

3.2.2 Os primeiros imigrantes

Na continuidade do processo, como descrito por Santos (2004), a corrente imigratória teve fluxo constante ao longo dos anos e trouxe diversos povos à província, principalmente alemães e italianos.

A colônia de São Pedro de Alcântara recebeu, em novembro de 1828, 635 imigrantes. Piazza (1982, p. 85) apresenta uma classificação para os primeiros chegados, alegando que 523 eram provenientes de Bremem e os outros 112 eram antigos membros da Legião Alemã, um grupo de mercenários.

Uma das principais regiões colonizadas em Santa Catarina foi o Vale do Itajaí, situado no leste do estado. Essa região recebeu uma significativa presença de imigrantes alemães, os quais contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, especialmente na produção de cereais, suínos e aves, e deixaram um legado marcante na arquitetura, na música e nas tradições locais.

No que diz respeito à Colônia de Itajaí, estabelecida em 1835, Piazza (1982) descreve com detalhes como se deu a alocação dos colonos, a distribuição de terras e a sucessão de comandos políticos. No entanto, nem ele nem Santos (2004, p. 68) ao descrever os outros povos colonizadores como sendo “poloneses, russos e austríacos” citam os luxemburgueses.

Outra região de destaque é o Sul catarinense. Nessa área, ocorreu a colonização italiana, que teve um papel fundamental na formação da economia e da cultura catarinense. Os imigrantes italianos trouxeram consigo seus conhecimentos na viticultura, olivicultura, fruticultura e na produção de queijos e vinhos, influenciando significativamente o setor agrícola e a culinária da região. Além disso,

os italianos também se dedicaram ao comércio e à indústria, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da área.

A região do Oeste Catarinense recebeu uma forte presença de imigrantes de origem italiana e alemã, porém de uma segunda geração já residentes no Brasil. Esses povos contribuíram para a agricultura, especialmente na produção de grãos, leite e carne suína.

Além dessas correntes migratórias mais expressivas, outras etnias também deixaram sua marca na colonização de Santa Catarina. Os imigrantes japoneses, por exemplo, chegaram no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, e se dedicaram à agricultura, especialmente ao cultivo da maçã e do chá.

Dessa forma, a colonização no estado de Santa Catarina foi marcada pela presença de diferentes correntes migratórias, que deixaram suas marcas culturais e econômicas na região.

3.2.3 Etnicidade e cultura

A influência dos imigrantes europeus na cultura catarinense é particularmente evidente nas tradições culinárias, que foram profundamente enriquecidas por suas contribuições. Pratos típicos, como chucrute, salsichas, marreco recheado, pão caseiro, cucas, massas frescas e polenta, tornaram-se elementos integrantes da gastronomia local. Além disso, técnicas de produção de queijos, vinhos e cervejas foram introduzidas pelos imigrantes, consolidando uma indústria alimentícia diversificada no estado.

As tradições e festividades também constituem um importante aspecto da cultura catarinense, revelando a riqueza e a diversidade trazidas pelos imigrantes europeus. A Oktoberfest, festa tradicionalmente alemã realizada em Blumenau, é um exemplo notável, sendo uma das maiores celebrações do gênero fora da Alemanha. As festas italianas, como a Festa da Uva em Criciúma e a Fenaostra em Florianópolis, também ilustram a influência cultural dos imigrantes europeus nessas celebrações.

3.2.4 E os luxemburgueses?

Apesar da utilização de obras conceituadas e bastante ricas em detalhes nas discussões das subseções anteriores, não houve referências acerca de imigrantes luxemburgueses. A obra *A Colonização Alemão no Vale do Itajaí-Mirim* nos oferece uma possível explicação para a ausência do termo “luxemburgueses” nas bibliografias citadas, já que “sob o rótulo de colonos alemães, englobamos todos os imigrantes de língua alemã, sejam eles provenientes da Alemanha, Áustria ou Polônia” (Seyferth, 1974, p. 29). Ao abrir o leque do que poderia estar debaixo da denominação de “colonos alemães”, a autora evidencia que por vezes há uma não diferenciação entre outros povos, mas ainda assim não cita Luxemburgo como uma possível origem para estes colonos.

O cenário se repete nas obras *História Econômica de Joinville*, *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897* e *a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau*, *A Colonização Italiana em Santa Catarina*, e nos já citados *Nova História de Santa Catarina* e *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí*.

Por fim, o mesmo ocorre na premiada obra⁴ *A Colonização de Santa Catarina*, onde Piazza (1982), apesar de diferenciar com extrema atenção às origens, datas e números, classifica todos os 635 imigrantes que chegaram à São Pedro de Alcântara em novembro de 1828 como alemães. No entanto, dentre os primeiros chegados já havia, na verdade, os primeiros luxemburgueses.

⁴ Obra premiada pelo BRDE no concurso regional de história.

CAPÍTULO IV – A COLONIZAÇÃO LUXEBURGUESA EM SANTA CATARINA

De acordo com a embaixada de Luxemburgo no Brasil (2022),

A partir do final da década de 1820, os imigrantes luxemburgueses instalaram-se nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estabelecendo várias cidades pequenas; nas colinas e no vale dos sinos, não longe de Porto Alegre; nas colinas acima de Florianópolis, nos vales de Itajaí e Rio Negro, em Curitiba, entre outros lugares. Eles navegaram pelo rio Mosela e estavam entre os primeiros europeus a se estabelecerem no sul.

A emigração dos luxemburgueses para o Brasil foi motivada por uma série de fatores, incluindo as condições econômicas e políticas que prevaleciam em seu país de origem. No século XIX, Luxemburgo era uma região predominantemente agrícola, com uma economia baseada na agricultura de subsistência. No entanto, a escassez de terras cultiváveis e a falta de oportunidades econômicas limitavam as perspectivas de desenvolvimento e progresso para muitos luxemburgueses.

Além disso, a instabilidade política também desempenhou um papel significativo na decisão de emigrar. Durante o século XIX, Luxemburgo passou por várias mudanças políticas e conflitos, como a anexação pela França napoleônica, antes de 1815, e a subsequente integração ao Reino dos Países Baixos após esse período. Esses eventos tumultuados afetaram negativamente a estabilidade social e econômica do país, levando muitos luxemburgueses a buscar oportunidades em terras estrangeiras (VEBER apud WAY, 2023).

A possibilidade de uma vida melhor e de melhores condições econômicas no Brasil também foi um fator atraente para os luxemburgueses. O Brasil era visto como um país com recursos naturais abundantes e uma economia em crescimento, o que despertava o interesse dos luxemburgueses em busca de novas oportunidades. A possibilidade de adquirir terras férteis e estabelecer uma nova vida em um país em expansão era extremamente atraente para muitos luxemburgueses que enfrentavam dificuldades em seu país de origem.

A imigração luxemburguesa para Santa Catarina ocorreu principalmente durante o século XIX, especialmente a partir da década de 1850, impulsionada pela política de colonização incentivada pelo governo brasileiro.

A partir da análise preliminar de fontes secundárias feita no capítulo de revisão, fica evidente a desconexão da bibliografia catarinense acerca da história do estado e a não inserção da identidade luxemburguesa como parte do processo de colonização, visto a não concordância com fontes governamentais. Cabe então o aprofundamento em fontes primárias para que se possa traçar uma nova história para o estado de Santa Catarina.

4.1 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Graças ao interesse pela política de recuperação de cidadania luxemburguesa, implementada em 2008, diversas famílias iniciaram um verdadeiro trabalho de recuperação de documentos oficiais, como certidões de nascimento, casamento e óbito, a fim de comprovar seus vínculos. Tais documentos, quando reunidos, oferecem uma visão histórica detalhada da vinda dos luxemburgueses para o Brasil.

Para demarcar os fluxos migratórios, serão utilizados os dados dos processos de cidadania compilados⁵ pelo empresário do ramo Fábio Veber, por meio de uma contribuição da própria comunidade luxemburguesa.

4.1.1 A primeira onda migratória (1828 – 1846)

A primeira onda de imigração luxemburguesa corresponde a data da primeira imigração alemã para Santa Catarina. Junto aos primeiros imigrantes alemães, em 1828, chegaram também os primeiros luxemburgueses.

O primeiro luxemburguês a chegar ao Brasil foi Peter Steil, em 17 de agosto de 1828. Peter era um soldado e se alocou em Tijucas, onde constituiu família e teve treze filhos (STEINER; LOYO, 2022). Não há registro de qual foi navio utilizado por ele para chegar até o Brasil.

Na sequência, a bordo do navio *Brigue Luiza*, juntamente de 276 outras pessoas (Piazza, 1982, p. 83) vieram Joannes Kirbag, Nicolas Wild e Mathias

⁵ O Atlas Interativo dos Imigrantes Luxemburgueses no Brasil está disponível em <http://www.cidadanialuxemburguesa.com.br/atlas>.

Roden, desembarcando no porto do Desterro em sete de novembro de 1828. Estes ajudaram a colonizar São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã da província.

Para efeitos de registro, em 1829 mais seis luxemburgueses chegaram ao Brasil. No entanto, estes foram direcionados em sua maioria para Rio Negro, no Paraná, próximo à fronteira com Santa Catarina. Já em 1830 os irmãos Nicolas e Georg Mannes chegaram à São Pedro de Alcântara.

A última imigrante da primeira e pequena onda é Anne Jeantiy, que chegou no dia trinta de maio de 1846 também em São Pedro de Alcântara.

Desta forma, percebe-se que a primeira década da formação da colônia alemã em Santa Catarina está conectada também à primeira década de imigração luxemburguesa, conforme quadro 1 que sintetiza os nomes, datas e locais em que os luxemburgueses se fixaram.

Quadro 1 – Primeira onda migratória luxemburguesa

IMIGRANTE	ANO	ORIGEM	DESTINO
Peter Steil	1828	Mertzig	Tijucas
Mathias Roden	1828	Heisdorf	São Pedro de Alcântara
Nicolas Wild	1828	Garnich	São Pedro de Alcântara
Joannes Kirbag	1828	Berbourg	São Pedro de Alcântara
Nicolas Mannes	1830	Echternach	São Pedro de Alcântara
Georg Mannes	1830	Echternach	São Pedro de Alcântara
Anne Jeantiy	1846	Heistert	São Pedro de Alcântara

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de VEBER (2023).

4.1.2 A segunda onda (1860 – 1863)

A segunda onda de imigração, embora tenha tido uma duração de apenas quatro anos, foi responsável pelo maior fluxo migratório para o estado. Essa onda teve início em 1860 com a chegada de Nicolas Koch e se encerrou em 1863 com a vinda de Jacob May.

Os imigrantes da segunda onda foram direcionados para diversas localidades, totalizando treze diferentes destinos, os quais correspondem atualmente aos

municípios mencionados no Quadro 2. Dentre eles estava a nova colônia de Teresópolis e a recém ampliada colônia de Santa Isabel, a qual foi o principal destino dos imigrantes luxemburgueses em todo o Brasil (STEINER; LOYO, 2022).

Além disso, é relevante observar, por meio da análise dos registros de nascimento dos filhos dos imigrantes, conforme apresentado na Tabela 2, que os luxemburgueses a partir da segunda onda não costumavam adotar o local de destino inicial como uma alocação fixa. De fato, muitos imigrantes tiveram filhos em outras localidades do estado, sugerindo uma possível mudança de residência após sua chegada.

Essa tendência de deslocamento interno dos imigrantes luxemburgueses após sua chegada pode ser interpretada como um reflexo das oportunidades e condições encontradas em diferentes regiões do estado. A adaptação e integração desses imigrantes nas novas localidades podem ter influenciado suas escolhas de estabelecimento permanente, levando em consideração fatores socioeconômicos, redes de apoio familiar ou outros aspectos específicos das diferentes regiões. Essa dinâmica de mobilidade espacial dos imigrantes luxemburgueses durante a segunda onda merece uma investigação mais aprofundada, pois pode revelar importantes aspectos da história da imigração e do processo de ocupação territorial nessa região específica.

Quadro 2 – Segunda onda migratória luxemburguesa

IMIGRANTE	ANO	ORIGEM	DESTINO
Nicolas Koch	1860	Heinerscheid	Florianópolis
Valentin Wilvert	1861	Heinerscheid	São Pedro de Alcântara
Joseph Meyer	1861	Wiltz	Antônio Carlos
Mathias Kinnen	1861	Bollendorf	Gaspar
Petrus Koch	1861	Boxhorn	Florianópolis
Theodor Kammers	1861	Obereisenbach	Angelina
Nicolas Schmitt	1861	Pettingen	Águas Mornas
Nicolas Reuter	1862	Mersch	Lages
Jean Vinandy	1862	Vianden	Rancho Queimado
Hilarius Theisen	1862	Fischbach les Clervaux	Brusque
Carl Zwang	1862	Vianden	Blumenau
Johannes Weber	1862	Roder	Rancho Queimado
Michel Schappo	1862	Munshausen	Angelina
Joseph Juttel	1862	Hosingen	Rancho Queimado
Wilhelm Hermann	1862	Vianden	Blumenau
Mathias Kempener	1862	Erpeldange-les Bous	Rancho Queimado
Nicolas Decker	1862	Munshausen	Biguaçu
Peter Turnes	1862	Hosingen	Rancho Queimado
Mathias Schwinden	1862	Breidfeld	Rancho Queimado
Nicolas Gomme	1862	Heinerscheid	Rancho Queimado
Guillaume Kauffman	1862	Kopstal	Rancho Queimado
Heinrich Reuter	1863	Mersch	Indaial
Andreas Heiderscheid	1863	Folschette	Rancho Queimado
Paulus Kleis	1863	Weiswampach	Itajaí
Paul May	1863	Vianden	Águas Mornas
Johannes Olinger	1863	Vianden	Itajaí
Michel Wilmes	1863	Eselborn	Rancho Queimado
Jacob May	1863	Walsdorf	Rancho Queimado

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de VEBER (2023).

4.1.3 A terceira onda (1882 – 1905)

A terceira e última onda significativa de imigração de luxemburgueses para Santa Catarina é apresentada no Quadro 3. Ao contrário das duas ondas anteriores, esta não apresenta uma proximidade temporal nas chegadas ao Brasil, nem tampouco na origem ou destino dos imigrantes. Essa diferenciação sugere que, ao longo do tempo, ocorreu um movimento de migração mais individualizado, impulsionado por motivações pessoais.

Essa dispersão temporal e geográfica dos imigrantes luxemburgueses durante a terceira onda pode ser interpretada como um resultado da evolução das condições socioeconômicas e das oportunidades disponíveis. À medida que o tempo avançava, as circunstâncias no país de origem e nas colônias passaram por mudanças significativas.

Além disso, é possível inferir que, ao atingir um estágio mais avançado da imigração, os imigrantes luxemburgueses puderam tomar decisões mais individualizadas, levando em consideração fatores como redes de contatos pré-existentes com gerações anteriores de imigrantes, informações sobre regiões específicas de Santa Catarina e preferências pessoais.

Quadro 3 – Terceira onda migratória luxemburguesa

IMIGRANTE	ANO	ORIGEM	DESTINO
Jean Ignace Schroeder	1882	Esch-sur-Alzette	São Pedro de Alcântara
Franz Tholl	1885	Hosingen	Rancho Queimado
Stephan Bertemes	1886	Marbourg les Clervaux	Porto Belo
Dominique Pierrard	1892	Dorscheid	Rancho Queimado
Herrmann Andreas Robert Schulze	1905	Rumelange	Joinville
Louis Schmit	1905	Arsdorf	Indaial

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de VEBER (2023).

4.1.4 Os últimos imigrantes (2000)

Os registros indicam que os dois últimos imigrantes luxemburgueses a chegarem em Santa Catarina ocorreram nos anos 2000. No entanto, é importante ressaltar que não seria adequado estabelecer uma conexão direta entre esses imigrantes e as ondas migratórias anteriores. Com um intervalo de quase um século desde a terceira onda de imigração, é evidente que suas motivações, interesses e o contexto em que chegaram são significativamente diferentes.

É fundamental reconhecer que o cenário global e as circunstâncias socioeconômicas tanto em Luxemburgo quanto no Brasil passaram por mudanças significativas ao longo desse período. A globalização, os avanços tecnológicos e as transformações nas políticas de imigração são apenas alguns dos fatores que influenciaram o contexto migratório contemporâneo.

Quadro 4 – Últimos imigrantes luxemburgueses

IMIGRANTE	ANO	ORIGEM	DESTINO
Jean Nicolas Haag	2000	Oberpallen	Brusque
Carl Emil Raeder	2000	Luxembourg-ville	Blumenau

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de VEBER (2023).

É importante ressaltar que a construção dos dados relacionados aos imigrantes luxemburgueses está em constante evolução. À medida que mais certidões e documentos históricos são descobertos e à medida que novas iniciativas de pesquisa são realizadas, é esperado que o número de imigrantes luxemburgueses registrados aumente ao longo do tempo.

Portanto, é essencial reconhecer que os números e estatísticas relacionados aos imigrantes luxemburgueses podem ser atualizados e revisados no futuro, à medida que mais informações se tornem disponíveis, contribuindo para uma compreensão mais completa e precisa do fluxo migratório.

4.1.5 Os Luxemburgueses em outros estados

Santa Catarina se destaca como o estado brasileiro que registrou o maior número de imigrantes luxemburgueses ao longo de todo o período de migração, representando 52% do total. No entanto, é relevante mencionar que outros estados também receberam imigrantes luxemburgueses, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – A imigração por estado

Estado	Percentual do total de imigrantes recebidos
Santa Catarina	52%
Rio Grande do Sul	24%
Espírito Santo	9%
São Paulo	7%
Paraná	5%
Rio de Janeiro	2%
Pernambuco	1%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de VEBER (2023).

Os números apresentados evidenciam que a presença dos imigrantes luxemburgueses se estendeu para além das fronteiras de Santa Catarina, com concentrações significativas nos estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo. Embora em proporções menores, esses estados também tiveram sua contribuição para o fluxo migratório luxemburguês no Brasil.

4.2 AS FAMÍLIAS LUXEMBURGUESAS

A formação das famílias de descendência luxemburguesa no estado teve início a partir da chegada dos indivíduos mencionados anteriormente. Embora o número de imigrantes luxemburgueses não tenha sido tão expressivo em comparação com as centenas de imigrantes alemães e italianos, a continuidade da

genealogia e a expansão das famílias ao longo do tempo explicam como milhares de catarinenses hoje possuem sobrenomes, ascendência e cidadania luxemburguesa.

A partir dos primeiros imigrantes luxemburgueses que se estabeleceram em Santa Catarina, foram estabelecidas relações familiares e vínculos de casamento, resultando na formação de núcleos familiares que se expandiram ao longo das gerações. Os números da primeira geração de descendentes de luxemburgueses nascidos em Santa Catarina são expostos abaixo na tabela 2.

Tabela 2 – A expansão das famílias luxemburguesas no Brasil
(continua)

Imigrante	Quantidade de filhos nascidos no Brasil
Peter Steil	13
Mathias Roden	3
Nicolas Wild	1
Joannes Kirbag	2
Nicolas Mannes	11
Georg Mannes	2
Anne Jeantiy	0
Nicolas Koch	2
Valentin Wilvert	0
Joseph Meyer	0
Mathias Kinnen	0
Petrus Koch	5
Theodor Kammers	0
Nicolas Schmitt	0
Nicolas Reuter	1

Tabela 2 – A expansão das famílias luxemburguesas no Brasil
(continuação)

Imigrante	Quantidade de filhos nascidos no Brasil
Jean Vinandy	2
Hilarius Theisen	0
Carl Zwang	0
Johannes Weber	14
Michel Schappo	2
Joseph Juttel	9
Wilhelm Hermann	0
Mathias Kempener	1
Nicolas Decker	0
Peter Turnes	6
Mathias Schwinden	1
Nicolas Gommes	2
Guillaume Kauffman	0
Heinrich Reuter	0
Andreas Heiderscheid	5
Paulus Kleis	11
Paul May	1
Jean Ignace Schroeder	0
Franz Tholl	9
Stephan Bertemes	8
Dominique Pierrard	0
Herrmann Andreas Robert Schulze	1

Tabela 2 – A expansão das famílias luxemburguesas no Brasil
(conclusão)

Imigrante	Quantidade de filhos nascidos no Brasil
Louis Schmit	10
Jean Nicolas Haag	2
Carl Emil Raeder	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de VEBER (2023).

4.3 O CENÁRIO ATUAL

Na região da Grande Florianópolis, que abriga o maior número de descendentes de luxemburgueses no Brasil, foi estabelecido o Consulado de Luxemburgo no município de Palhoça. Segundo estimativas divulgadas pelo consulado em 2019, aproximadamente 5 mil catarinenses possuem origens luxemburguesas, o que também lhes confere o direito à cidadania luxemburguesa (PARAIZO, 2019).

No entanto, é importante salientar que essa estimativa pode ser ainda maior do que a apresentada. Fábio Veber⁶, em 2023, criou uma estimativa estatística com base nos dados obtidos em seu trabalho. Para tal, foi utilizado o número de imigrantes, uma taxa média de natalidade e de mortalidade ao passar de sete períodos, dessa forma chegando ao resultado abaixo, apresentado na figura 3.

⁶ Organizador do Atlas Interativo de Luxemburgueses no Brasil, fonte de dados primária para as informações apresentadas no capítulo 3.

Figura 3 – Estimativa de nascimentos, falecimentos e saldos líquidos de imigrantes e descendentes por geração.

Gerações	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
filhos por imigrante	6	6	6	6	5	3	2
Anos	1855	1880	1905	1930	1955	1980	2005
imigrante chegados (e nascimentos de descendentes)							
1830	8	48	288	1.728	10.368	51.840	311.040
1860	35	210	1.260	7.560	37.800	113.400	226.800
1885	6	36	216	1.080	3.240	6.480	
1905	3	18	90	270	540		
TOTAL	48	498	3.024	18.162	90.810	272.430	544.860
Falecimentos dos imigrantes e descendentes							
1830	8	8	48	288	1.728	10.368	51.840
1860	35			210	1.260	7.560	37.800
1885	6				36	216	1.080
1905	3					18	90
TOTAL	-	8	48	498	3.024	18.162	90.810
Saldos líquido entre nascimentos - falecimentos							
Estimativa líquida	48	490	2.976	17.664	87.786	254.268	454.050

Fonte: Atlas Interativo de Luxemburgueses no Brasil (2023)

Levando em consideração as estimativas apresentadas e considerando que metade dos imigrantes luxemburgueses se estabeleceu em Santa Catarina, é razoável supor que pelo menos duzentos mil catarinenses possuam algum grau de descendência luxemburguesa.

4.4 RECONEXÃO CULTURAL

A implementação da política de recuperação da cidadania luxemburguesa em 23 de outubro de 2008 por Luxemburgo despertou o interesse e a procura por serviços jurídicos especializados na recuperação da cidadania entre os catarinenses. Muitos deles, pela primeira vez, descobriram que sua origem não era alemã ou francesa, como acreditavam, mas sim luxemburguesa.

Devido ao tamanho reduzido de Luxemburgo, um dos menores países da Europa, muitos brasileiros desconheciam completamente o Grão-Ducado antes de terem contato com sua ascendência luxemburguesa. Essa onda de descobertas entre as famílias catarinenses e a relativa facilidade do processo de obtenção da cidadania luxemburguesa abriu caminho para um processo de reconexão cultural com Luxemburgo. Houve uma busca intensa pelo conhecimento da cultura, dos

costumes e até mesmo a possibilidade de mudança para o país europeu. Atualmente, estima-se que mais de 4.000 brasileiros estejam vivendo em Luxemburgo, o que representa uma nova onda migratória, desta vez com brasileiros imigrando para o país (REVISTA COMUNIDADES, 2023).

A política de recuperação da cidadania luxemburguesa abriu portas para uma conexão mais profunda entre Santa Catarina e Luxemburgo, fortalecendo os laços entre as duas comunidades e promovendo um intercâmbio cultural enriquecedor. Cabe destacar aqui o papel de grupos como a Associação dos Cidadãos Luxemburgueses no Brasil, que possui sede em Florianópolis e ganhou notoriedade nos últimos anos, ao ponto de organizar em março de 2023 um evento presencial com autoridades luxemburguesas e brasileiras de diversas esferas, como a cônsul Karen Schwinden, políticos luxemburgueses de diferentes partidos e o governador do estado de Santa Catarina Jorginho Mello. Este evento demonstra o interesse mútuo na reaproximação entre os países.

A expansão das famílias luxemburguesas ao longo do tempo não apenas enriqueceu a composição demográfica do estado, mas também fortaleceu os laços entre a comunidade e sua história de imigração. A busca pela cidadania luxemburguesa e a valorização das origens têm sido um elemento importante para muitos catarinenses de ascendência luxemburguesa, reforçando os vínculos com o país de origem de seus antepassados.

A compreensão da construção das famílias luxemburguesas e sua influência na sociedade catarinense permite uma visão mais abrangente da história da imigração e da diversidade cultural do estado. O reconhecimento e a valorização dessas famílias e de sua contribuição para a preservação e promoção do patrimônio cultural e histórico de Santa Catarina é relevante.

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

No presente capítulo, retoma-se a investigação sobre a colonização luxemburguesa em Santa Catarina à luz de uma revisão bibliográfica abrangente com o intuito de mostrar que os luxemburgueses não são devidamente mencionados nas principais bibliografias que discutiram a formação do estado de Santa Catarina. Após criteriosa revisão realizada no capítulo II, sistematizaram-se as principais características do processo de imigração europeia no Brasil e no estado catarinense, constatando-se que a hipótese que norteou a elaboração deste estudo é verdadeira.

Neste caso, verificou-se que as informações coletadas evidenciaram, por diversas vezes e por uma aproximação linguística, geográfica e cultural, que os imigrantes luxemburgueses foram confundidos ou classificados no mesmo grupo dos colonizadores alemães, sem que se fizessem distinções adequadas que poderiam ter destacado também a presença desses imigrantes na formação histórica de Santa Catarina.

Neste sentido, após consultas aprofundadas em fontes primárias, resgatou-se no capítulo III o processo de colonização dos quarenta primeiros imigrantes luxemburgueses que tiveram como destino o estado de Santa Catarina, evidenciando a importância dessa etnia populacional que, dois séculos depois, se traduz em milhares de descendentes vivendo em solos catarinenses.

Este trabalho contribui, portanto, para a construção de um panorama mais completo e abrangente da formação populacional de Santa Catarina, indo além das narrativas históricas convencionais, ao mesmo tempo em que deu visibilidade a um grupo que foi negligenciado ao longo da história do estado.

Cumprido ressaltar, entretanto, que esta pesquisa apresenta algumas limitações que podem ser abordadas em trabalhos subsequentes. Por exemplo, a falta de dados oficiais estruturados pelo governo brasileiro ou pelo governo de Luxemburgo a respeito da situação atual dos migrantes e seus descendentes, bem como a dificuldade de acesso a documentos históricos que detalhem a trajetória das famílias imigrantes originais. Dessa forma, sugere-se a realização de novas pesquisas que explorem o papel econômico, social e político dessa etnia na conformação populacional do estado, investigando os setores em que atuaram, as

áreas onde se estabeleceram efetivamente e seus relacionamentos com o novo habitat.

Por fim, recomenda-se que as descobertas deste estudo sejam consideradas por pesquisadores interessados na compreensão mais ampla da formação histórica de Santa Catarina. Desta maneira, acreditamos que os resultados obtidos possam contribuir para uma melhor compreensão desse campo de estudo, especialmente na busca de informações mais precisas e capazes de complementar as bibliografias existentes sobre a formação do estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto de 25 de novembro de 1808. Rio de Janeiro, 1808. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458-publicacaooriginal-95562-pe.html>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 09 jul. 2023.

CHALHOUB, Sidney. *The Role of Slavery in the Formation of Brazilian Society. Journal Of Latin American Studies*. Cambridge, 2014.

COSTA, Luiz Rosado; SOUZA, José Eduardo Melo de; BARROS, Lívia Cristina dos Anjos. UM HISTÓRICO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS MARCOS LEGAIS (1808-2019). *Geopantanal*, Corumbá, v. 14, n. 27, p. 167-184, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9733>. Acesso em: 09 jul. 2023.

EMBAIXADA DE LUXEMBURGO NO BRASIL. **Breve panorama histórico dos laços diplomáticos entre Brasil e Luxemburgo**. Disponível em: <https://brasil.mae.lu/pt/Lacos-entre-Brasil-e-Luxemburgo/Breve-panorama-historico-dos-lacos-diplomaticos-entre-Brasil-e-Luxemburgo>. Acesso em: 03 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 27. ed. Rio de Janeiro: CIP Brasil, 2017. 461 p.

HARMSSEN, Robert; HÖGENAUER, Anna-Lena. Luxembourg and the European Union. *Oxford Research Encyclopedia Of Politics*, [S.L.], 28 fev. 2020. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1041>.

HERING, Maria Luiza Renaux. **COLONIZAÇÃO E INDÚSTRIA NO VALE DO ITAJAÍ: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da Furb, 1987. 334 p.

KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de desterro - Florianópolis**. Florianópolis: Papa-Livro, 1994. 240 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p.

NALDO JUNIOR, Ezequiel. **UM PAÍS MULTICULTURAL E PLURILINGUE: CASO LUXEMBURGO**. 2021. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas Às Negociações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20427/1/ENJ15072021.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PANGEIA (Clipe Oficial) - Fabio Brazza part. Atentado Napalm (Prod. Léo Casa1). Produção de Léo Casa1. Roteiro: Fabio Brazza. Música: Pangeia. S.l.: Irra Studio, 2016. (5 min.), son., color. Legendado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dkPDz63RvNU&ab_channel=FabioBrazza. Acesso em: 20 maio 2023.

PARAIZO, Lucas. **Lei que facilitou cidadania de Luxemburgo para catarinenses pode ser prorrogada**. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/lei-que-facilitou-cidadania-de-luxemburgo-para-catarinenses-pode-ser-prorrogada>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização Italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: loesc, 1976. 89 p.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1982. 311 p.

PREFEITURA DE ÁGUAS MORNAS. **Política Imigratória em Santa Catarina**. 2019. Disponível em: <https://www.aguasmornas.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/137347>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2013. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

REIS, Cacilda Estevão dos; ANDRADE, Solange Ramos de. **A IMIGRAÇÃO EUROPEIA NOS DISCURSOS DA ELITE POLÍTICA BRASILEIRA**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cacilda_estevao_reis.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

REVISTA COMUNIDADES. **Luxemburgo. Número de portugueses que vivem no país é superior ao indicador revelado publicamente**. 2023. Disponível em: <https://revistacomunidades.pt/luxemburgo-numero-de-portugueses-que-vivem-no-pais-e-superior-ao-indicador-revelado-publicamente/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 1992.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2004. 118 p.

SEYFERTH, Giralda. **A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO ITAJÍ-MIRIM**. Porto Alegre: Movimento/Sab, 1974. 159 p.

STEINER, Carlos Eduardo; LOYO, Dieter. **A imigração luxemburguesa em Santa Catarina no século XIX**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2022. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. 2. ed. Joinville: Meyer, 1986. 279 p.

UNIÃO EUROPEIA. **Luxemburgo**. 2023. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/country-profiles/luxembourg_pt. Acesso em: 10 jul. 2023.

VEBER, Fábio (comp.). **Atlas Interativo dos Imigrantes Luxemburgueses no Brasil**. 2023. Disponível em: <http://www.cidadanialuxemburguesa.com.br/atlas>. Acesso em: 26 maio 2023.